

economia-brasil

Governo quer acelerar agenda depois da eleição

Desafio será evitar que ajuste prejudique discussão das outras prioridades no Congresso

CLÁUDIA CARNEIRO

BRASÍLIA - O governo vai esperar passar o segundo turno nos Estados para convencer o Congresso a acelerar, em dois meses, o que ele próprio não conseguiu dos parlamentares em quase quatro anos de mandato. Neste mês de intervalo eleitoral, o presidente Fernando Henrique Cardoso usará o prestígio obtido com a vitória para cobrar coesão da base política, que volta desarticulada e fragmentada das eleições.

Um dos desafios do governo será evitar que o ajuste fiscal a ser enviado ao Congresso no fim do mês - o assunto da emergência - torne-se um instrumento para prejudicar a discussão paralela das outras prioridades: a reforma política, a conclusão da reforma previdenciária e a regulamentação da administrativa, bem como o aprofundamento do debate da reformulação do sistema tributário. De outro lado, há os que não acreditam na disposição do Executivo para tanto.

As propostas de regulamentação da parte da reforma administrativa que mais interessa ao ajuste fiscal - a demissão de servidores - estão no Planalto aguardando o melhor momento para serem apresentadas ao Congresso. Também a regulamentação de partes da reforma da Previdência está no papel, à espera da promulgação. A reforma política está razoavelmente adiada no Senado e um novo e imediato projeto de reforma tributária foi prometido pelo Executivo.

Esse volume de prioridades vai se tornar mais pesado para o governo no momento em que for entregue ao Congresso o pacote do ajuste fiscal com aumento de alíquota de imposto - no caso, a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). "Ninguém vai aceitar votar tudo isso em fim de legislatura e o pessoal novo que saiu das urnas também não vai abaixar a cabeça tão facilmente para o governo", prevê o deputado José Genoino (PT-SP).

"Mobilizar parlamentar em fim de legislatura pode ser complicado, mas não estamos mais em condições de jogar essas reformas para a frente", rebate o líder do PSDB no Senado, Sérgio Machado (CE). Na última semana, o senador recebeu de Fernando Henrique a missão de articular a aprovação da federação partidária no Senado, como prioridade da reforma política.

"A estratégia do governo depois do segundo turno começa pela conclusão da reforma previdenciária na Câmara, pela aprovação do ajuste fiscal e pela prorrogação da CPMF", afirma o ministro extraordinário da Reforma Institucional, Freitas Neto. "Como esses temas vão carregar muito a Câmara, o governo vai pedir ao Senado que ganhe tempo acelerando a reforma política, em tópicos distintos para facilitar a discussão", explica.

O presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), convocou os deputados para retomar as atividades na semana que vem. Mas sabe que só poderá encerrar a votação dos destaques que restam da reforma previdenciária após o segundo turno. Falta votar a exigência de idade mínima para que trabalhadores da iniciativa privada que já estão no mercado de trabalho possam pedir aposentadoria; a contagem de tempo de serviço em atividades insalubres, para efeito de aposentadoria especial; e a abertura para a criação de aposentadoria complementar para servidores.

O relator da reforma, deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP), admite que o governo poderá ter alguma dificuldade para aprovar esses últimos tópicos, mas acredita que o fim da campanha também conta a favor. "Podemos votar os destaques em um dia, mas precisaremos de mais tempo para votar a redação final", prevê.

Anteprojetos - O Ministério da Previdência só espera a promulgação da reforma para enviar os anteprojetos de regulamentação de várias partes do texto. Seis deles estão praticamente prontos, incluindo os três que tratam da regulamentação dos fundos de pensão. A reforma, no entanto, somente poderá ser promulgada depois que o Congresso aprovar uma antiga medida provisória que dispõe sobre mudanças no sistema previdenciário, capaz de empurrar todo o texto.

Uma das razões para a pressa do governo nesse assunto é a pro-

posta que pretende enviar ao Congresso permitindo um aumento da arrecadação pública para cobrir o rombo da Previdência. Trata-se de um projeto de lei para estabelecer a cobrança de contribuição previdenciária de servidores dos Estados e municípios. A cobrança de contribuição, nesses casos, serviria para diminuir o rombo da Previdência aberto pela folha dos aposentados públicos. Mas, antes da regulamentação da reforma da Previdência, os deputados receberão o primei-

ros projetos de regulamentação da administrativa.

O Planalto está terminando a redação de quatro propostas de regulamentação preparadas pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado. Se conseguir emplacar essas propostas, ainda faltará uma articulação para aprovar o projeto de lei conjunta dos Três Poderes fixando o teto salarial único do setor público, criado pela reforma administrativa.

■ Colaborou Doca Oliveira

ROMBO DA PREVIDÊNCIA É UMA RAZÃO PARA A PRESSA